

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **AS VISÕES DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE SOBRE AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NO GOVERNO JK (1956-61): APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA**

Vinícius Marcondes Araújo

Mestrado – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

[ymarcondesaraujo@gmail.com](mailto:ymarcondesaraujo@gmail.com)

Esta pesquisa tem como objeto as visões formadas pela diplomacia dos Estados Unidos sobre o papel das Forças Armadas brasileiras no governo Juscelino Kubitschek (1956-61). Através da análise da documentação produzida pelo serviço externo dos EUA neste período, buscamos compreender as interações entre a política interna brasileira e a política externa estadunidense, apontando suas transformações e, principalmente, avaliando o impacto de tais visões na elaboração dos cálculos de política externa pelos EUA em relação ao Brasil nas décadas de 1950 e 1960.

Tomamos como ponto de partida a caracterização da política externa dos Estados Unidos em seus padrões históricos e específicos do período estudado, descrevendo os contrastes entre sua atuação global e suas ações e visões sobre a América Latina e o Brasil (PECEQUILO, 2011). Em seguida, apontamos as características políticas internas do Brasil no período JK: sua ideologia, propostas de governo, relações com os EUA, tensões políticas e sociais e, principalmente, suas relações com o setor militar. Frequentemente caracterizado como um momento singular de combinação de estabilidade política e desenvolvimento econômico, o governo Kubitschek teve nas Forças Armadas uma das variáveis fundamentais para garantir esses elementos (BENEVIDES, 1976).

Assim, através da investigação sobre como as informações sobre os militares brasileiros são construídas pela diplomacia estadunidense, buscamos elementos que nos ajudem a compreender o processo de elaboração e o caráter dos cálculos de política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina e o Brasil na passagem das décadas de 1950 e 1960. Partindo dos pressupostos teóricos construídos por J. B.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Duroselle (2000), mobilizaremos os conceitos de “informação” e “cálculo” para compreender o processo de elaboração da política externa pelos Estados.

Neste trabalho, são apresentados os resultados preliminares do levantamento de fontes documentais e sua confrontação com a bibliografia sobre o tema. Buscar-se-á, em um primeiro momento, apontar as primeiras questões construídas na leitura das fontes, discorrendo sobre suas características e especificidades. Em seguida, buscaremos apontar as orientações teórico-metodológicas que se mostraram mais favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa até o momento, assim como as possíveis reorientações que se mostraram necessárias. Finalmente, discorreremos sobre os futuros encaminhamentos da pesquisa com base no grau de aproximação entre os primeiros resultados obtidos e as hipóteses iniciais.

## **1. Contextualização historiográfica**

Dentre os trabalhos em língua portuguesa sobre a política externa dos Estados Unidos, a tese de doutorado de Cristina Soreanu Pecequilo (2011), transformada em livro e que recebeu sucessivas reedições, é uma das principais referências sobre o tema. A autora reconstrói mais de dois séculos de política externa estadunidense, dando ênfase especial aos chamados “componentes históricos” que se desenvolvem através do século XIX e primeira metade do século XX. Esses componentes serão desenvolvidos e recombinaados, exercendo um papel fundamental quando os EUA assumem o papel de superpotência e a missão de reorganização do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial. É apenas remetendo a tais componentes históricos que podemos compreender os contrastes e complementaridades entre a política externa estadunidense para a América Latina e o Brasil e a chamada “política de contenção” – orientação básica da estratégia estadunidense nas primeiras décadas da Guerra Fria.

Baseados na premissa de que as áreas geograficamente mais próximas do avanço soviético pós-Segunda Guerra deveriam receber mais recursos econômicos e apoio político no esforço de contenção do avanço do comunismo, as relações dos Estados Unidos com a América Latina passaram “da parceria à negligência” no período 1947-1959 (PECEQUILO, 2011, p. 219-24). Apesar dos esforços constantes dos países da

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

região (em especial, do Brasil) em receberem recursos para seu desenvolvimento e sinalizarem seu alinhamento militar e estratégico com o bloco capitalista na Guerra Fria, os frutos das “relações especiais” com os EUA sempre ficaram aquém do esperado.

Neste sentido, Lars Schoultz (2007) contribui para o esclarecimento dessas tentativas frustradas através de um exame crítico da trajetória histórica das relações dos Estados Unidos com a América Latina. Para o autor, “A crença na inferioridade latino-americana é o núcleo essencial da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, porque ela determina os passos precisos que os Estados Unidos assumem para proteger seus interesses na região. (SCHOULTZ, 2007, p. 13)”. Esta conclusão é proveniente da abordagem metodológica de Schoultz:

Um exame minucioso requer que analisemos como os funcionários dos EUA processam a informação que eles recebem sobre a América Latina. [...] os contornos deste *mind-set* relativo à América Latina são compartilhados por um amplo espectro do público dos EUA. A iniciação de novos funcionários no estabelecimento de políticas é em grande parte um processo de refinamento desta coleção rude de crenças pela incorporação de informação adicional sobre a região e, ao mesmo tempo, pela organização, avaliação e interpretação desta informação de modo que ela se adapte à busca dos interesses dos EUA. (SCHOULTZ, 2007, p. 14)

Esta orientação conduz à abordagem semelhante a ser empregada nesta pesquisa. Inicialmente investigando os fundamentos históricos da política externa dos Estados Unidos em seus aspectos mais gerais e, especificamente, em relação à América Latina e o Brasil, buscaremos em seguida observar as maneiras pelas quais os funcionários diplomáticos estadunidenses manejam e processam as informações relativas à dinâmica interna da política brasileira – em especial, o comportamento dos militares nesse ambiente. Assim, esperamos construir interpretações e levantar questões que possam se aprofundar ou se contrapor às leituras já feitas sobre o tema.

No âmbito da política interna brasileira deste período, conforme constata Maria Victoria de Mesquita Benevides (1976; 1991) em trabalhos já consagrados sobre o tema, a imagem mais comum que se tem do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é a de um período singularmente estável em meio às sucessivas crises políticas da Quarta República (1946-1964). Os elementos marcantes de seu governo, como o Plano de Metas, a construção de Brasília e a própria personalidade do mandatário contribuem para esta imagem frequentemente positiva, que se encrava no imaginário político

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

brasileiro como um raro momento em que o Brasil “olhou pra frente”, e teve um líder capaz de infundir esperança e positividade na população.

No entanto, a própria autora aponta que, se a trajetória institucional do governo confirma sua legitimidade democrática, sendo eleito de acordo com os preceitos constitucionais vigentes e transmitindo o cargo no prazo previsto a outro mandatário legitimamente eleito, seus elementos internos deixam transparecer uma série de tensões, especialmente entre aqueles que se mostrariam os principais atores políticos em momentos cruciais do país, pelo menos desde 1930: os militares. Durante todo o período de 1946 a 1964, as Forças Armadas são presenças constantes nos momentos de crise política, seja em atuações abertamente golpistas, seja como partícipes da administração pública e da elaboração de projetos políticos nacionais (MARTINS FILHO, 2003). São tempos de consolidação e atividade plena da Escola Superior de Guerra (ESG), que reunirá militares e civis na elaboração de um projeto ideológico alinhado à doutrina de segurança nacional, ao anticomunismo e ao alinhamento ao bloco capitalista (FERRAZ, 1997).

A atuação militar foi decisiva já no momento de garantir a posse de JK, em novembro de 1955. Eleito com aproximadamente 36% dos votos totais (a lei eleitoral da época não previa a realização de segundo turno), teve sua vitória contestada pela oposição civil e militar que via em Juscelino e em seu vice, João Goulart, o retorno às políticas nacionalistas de Getúlio Vargas, morto em 1954. A atuação do então ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott foi fundamental para garantir a posse de JK em meio à oposição de altos oficiais das Forças Armadas. Além disso, seu governo foi marcado por duas revoltas de oficiais da Aeronáutica: Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959), que apesar de terem sido rapidamente controladas, tendo seus participantes sido anistiados, demonstram as tensões e discordâncias internas às Forças Armadas e dessas para com o governo. Tensões e discordâncias que continuariam a crescer nos anos seguintes ao seu mandato, culminando no golpe militar de 1964. (BENEVIDES, 1991, p. 12-14)

As relações entre Forças Armadas e política no Brasil têm sido objetos de diversas pesquisas em História e Ciências Sociais nas últimas décadas. Para os fins deste trabalho, tomaremos como ponto de partida as concepções de José Murilo de

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Carvalho (2005) e Edmundo Campos Coelho (2000), autores clássicos que propõem a interpretação sobre o tema a partir da chamada “perspectiva organizacional”. Esta orientação toma como unidade de análise as Forças Armadas como organização e suas relações com o ambiente externo: possuidoras de interesses próprios e autonomia, o controle civil sobre elas no Brasil é historicamente instável e problemático. No período específico de 1945 a 1964, sua atuação é marcada pelo peso crescente de interesses e necessidades próprios da organização, aquisição de graus mais elevados de autonomia e progressivo fechamento a influxos da sociedade civil (COELHO, 2000).

A historiografia sobre a política externa do governo JK também é abundante. Desde as obras mais gerais (CERVO, 2011; RICUPERO, 2017) até as específicas (VIZENTINI, 1996; SILVA, 1992) dão especial ênfase às relações comerciais e financeiras com os Estados Unidos, que de fato ocuparam a parcela mais importante da pauta externa brasileira no período. No entanto, tais obras delinham apenas os aspectos gerais da política externa a partir do ponto de vista brasileiro, sem se ocupar da sua contraparte: as visões da diplomacia estadunidense sobre o país sul-americano.

Finalmente, a partir da pesquisa em bancos de teses e dissertações, comprova-se que são poucas as produções acadêmicas que enfatizam especificamente as relações Brasil-Estados Unidos neste período.

A produção mais recente sobre o tema é a tese de doutorado de Kassius Pontes (2019), que faz uma análise ampla e aprofundada sobre os principais temas e pontos de conflito no relacionamento entre os dois países, solidamente embasado na documentação diplomática brasileira e estadunidense. Embora valiosa, a contribuição de Pontes, pela sua amplitude, não se aprofunda na investigação da própria formação do pensamento externo americano em relação aos militares brasileiros.

Grazielle do Nascimento (2009), em dissertação de mestrado sobre as relações militares entre Brasil e Estados Unidos, enfatiza especificamente o processo de instalação de uma base militar estadunidense na ilha brasileira de Fernando de Noronha, analisando os impactos deste ato na população e nos círculos políticos brasileiros através de fontes jornalísticas e depoimentos. Embora construa um estudo aprofundado e valioso sobre as relações militares Brasil-Estados Unidos, não se ocupa da formação da visão estadunidense sobre as forças militares brasileiras.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Outros trabalhos ainda versam sobre a relação entre as propostas de desenvolvimento econômico de JK e suas relações com os EUA. A dissertação de Victor Young (2013) analisa a fundo a dinâmica do capitalismo no pós-guerra e os interesses econômicos brasileiros e estadunidenses envolvidos em seu relacionamento mútuo. Muitas vezes conflitante, este relacionamento é explicado na tese de Túlio Ferreira (2012) nos termos de um “antiamericanismo de cátedra” que tornava conflituosas e ambíguas as relações entre o desenvolvimento e nacionalismo no Brasil da década de 1950. Ambos os trabalhos fornecem um panorama indispensável à compreensão de todas as variáveis envolvidas no relacionamento Brasil-EUA, mas não se propõem a investigar a visão formada pela diplomacia americana sobre o grupo onde as contradições entre desenvolvimento e nacionalismo se manifestavam, talvez, da maneira mais impactante: os militares.

O interesse em torno de nosso tema está embasado em um pressuposto fundamental da historiografia: o de que todo problema historiográfico está enraizado em preocupações e dilemas do presente. Assim, em um momento em que as relações entre Brasil e Estados Unidos alcançam um grau inédito de aproximação – e quase subserviência por parte do país latino-americano –, ao mesmo tempo em que os militares brasileiros deixam a discricção da vida de caserna para se engajarem em cargos públicos (eletivos ou não), é quase natural que nosso olhar seja direcionado ao desenvolvimento histórico desses temas.

Conforme apontamos anteriormente, até o momento são poucas as produções acadêmicas que tratam do tema das relações militares entre Brasil e Estados Unidos no governo JK, e nenhuma delas se propôs a analisar especificamente a formação das concepções da diplomacia estadunidense sobre a atuação dos militares brasileiros neste período. Esta lacuna na historiografia brasileira pode ser explicada, parcialmente, pelas dificuldades no acesso à documentação diplomática – principais fontes sobre o tema. Se mesmo a nível nacional a localização dos acervos diplomáticos restrita aos grandes centros e as iniciativas ainda incipientes de digitalização e disponibilização online dificultam o acesso do pesquisador aos documentos, a nível internacional as diferentes políticas de acesso à informação e a distância física em relação aos acervos são empecilhos ainda maiores.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por este motivo, contamos com o valioso suporte documental obtido através do projeto *Opening the Archives*, resultado de uma parceria internacional entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Brown University, dos Estados Unidos. O projeto digitalizou e disponibilizou online, de forma gratuita, centenas de milhares de páginas de documentos sobre as relações Brasil-Estados Unidos produzidos pela diplomacia estadunidense; um rico acervo que já tem sido empregado em produções historiográficas recentes, dando uma nova visão a temas já amplamente debatidos na historiografia nacional, como exemplifica o trabalho de José Victor de Lara (2019) sobre a importância da questão agrária na região nordeste para o apoio dos EUA ao golpe de 1964.

Além disso, este projeto parte de um interesse pessoal do autor sobre o tema, que já teve seus primeiros desenvolvimentos em um Trabalho de Conclusão de Curso para a Graduação em História (ARAÚJO, 2019). Neste trabalho, investigamos as relações militares entre Brasil e Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial através da documentação diplomática disponibilizada pelo projeto *Opening the Archives*. Se as dimensões e objetivos modestos desta primeira pesquisa não permitiram conclusões mais elaboradas sobre o tema, ao menos propiciaram a experiência no trato com este tipo de documentação e levantaram novas questões para pesquisas posteriores, abrindo possibilidades de investigação que, em partes, buscaremos trilhar neste projeto.

Assim, aliando o interesse pessoal do autor às preocupações políticas e sociais do presente, a uma documentação inédita para grande parte dos pesquisadores brasileiros e a uma abordagem que enfatiza a perspectiva dos próprios atores da diplomacia estadunidense, esta pesquisa buscará contribuir para o enriquecimento da compreensão sobre as relações Brasil-Estados Unidos na historiografia nacional através da investigação daqueles que, para nós, representam o “outro”, a “contraparte”, o “estrangeiro” e, mais frequentemente, o “modelo ideal”.

## **2. Objetivos, fontes e metodologia**

Os objetivos de nossa pesquisa partem dos objetivos gerais de analisar a formulação da política externa estadunidense para o Brasil e a América Latina na

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

segunda metade da década de 1950 e compreender alguns aspectos das relações entre militares e política no Brasil. Assim, tomamos como objetivos específicos inicialmente compreender a atuação política das Forças Armadas no governo de Juscelino Kubitschek para, em seguida, investigar a visão elaborada pela diplomacia estadunidense sobre as Forças Armadas brasileiras neste período. Para realizar esta investigação, tomamos como critério de seleção temática e recorte temporal a documentação produzida em momentos de conflito político explícito nas Forças Armadas brasileiras durante o governo JK, como as revoltas de Jacareacanga (fevereiro/1956) e Aragarças (dezembro/1959) e o próprio movimento militar que garantiu a posse de Kubitschek e Goulart, em novembro de 1955.<sup>1</sup>

As fontes a serem empregadas nesta pesquisa são a documentação produzida pelo serviço externo dos Estados Unidos, tais como relatórios, despachos, comunicações, telegramas e aerogramas, entre outros, referentes a assuntos políticos e econômicos internos do Brasil no período 1955-61. Originalmente armazenados e microfilmados pelo Arquivo Nacional estadunidense (*National Archives and Records Administration* – NARA), estes documentos foram recentemente digitalizados e disponibilizados ao público pelo já citado projeto *Opening the Archives*. Em específico, utilizaremos os conjuntos documentais “*Record of the Department of State Relating to Internal Political and National Defense Affairs of Brazil (1955-1959)*” e “*Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-63*”, que, juntos, somam aproximadamente 32 mil páginas de documentos.<sup>2</sup>

Tendo em vista as dimensões deste acervo documental, buscaremos inicialmente delimitar nossas fontes através de um recorte temático e temporal, buscando neste conjunto aqueles documentos que se referem especificamente às questões militares internas ao Brasil. Feita essa primeira delimitação, passaremos à leitura e análise dos documentos, verificando sua autoria, contexto de produção, finalidade e,

---

<sup>1</sup> Levantes iniciados por militares da Aeronáutica nas bases aéreas paraenses que emprestaram o nome ao movimento, movidos pelo sentimento anticomunista e antigetulista. As revoltas não obtiveram apoio expressivo e foram rapidamente desarticuladas. Já o “Movimento de 11 de Novembro”, sob liderança do Ministro da Guerra General Henrique Lott, tratou-se de grave crise política e institucional, com envolvimento direto das Forças Armadas na situação política.

<sup>2</sup> **Opening the Archives: US-Brazil relations 1910-1963.** Disponível em: <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

principalmente, os posicionamentos e visões assumidos explicita ou implicitamente por seus autores.

Apesar de a documentação diplomática fornecer as fontes principais desta pesquisa, consideramos que uma compreensão aprofundada dos processos históricos e seus agentes não prescindem da comparação e confrontação com outras fontes, variadas em sua tipologia, linguagem e perspectiva. Assim, sempre que possível buscaremos comparar as informações construídas na documentação diplomática com fontes jornalísticas, depoimentos, biografias e outras provenientes de acervos públicos e particulares, de forma a reconstruir o contexto histórico, as trajetórias políticas, intelectuais e pessoais dos agentes da diplomacia estadunidense e da política interna brasileira e as concepções que estes formaram e difundiram sobre as forças políticas e militares brasileiras. Além disso, a confrontação das fontes com a bibliografia sobre o tema e o instrumental teórico servirá para testar os limites desses elementos, permitindo possíveis revisões e aprofundamentos de pesquisa.

Finalmente, o acesso a esta documentação complementar se beneficiará de iniciativas cada vez mais frequentes de digitalização de acervos e disponibilização gratuita ao público pesquisador. Além do projeto *Opening the Archives*, contaremos com os acervos digitais da Biblioteca Nacional brasileira<sup>3</sup>, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)<sup>4</sup>, do *Office of the Historian*<sup>5</sup>, iniciativa do Departamento de Estado dos EUA para disponibilização de seu acervo documental, e do Arquivo Nacional dos Estados Unidos<sup>6</sup>, que além de disponibilizar parte de seus acervos ao acesso online também compila iniciativas arquivísticas estadunidenses de livre acesso, com grande diversidade temática e cronológica.

### 3. Referenciais teóricos

---

<sup>3</sup> **Biblioteca Nacional Digital do Brasil.** Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>

<sup>4</sup> **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.** Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/>>

<sup>5</sup> **Office of the Historian.** Disponível em: <<https://history.state.gov/>>

<sup>6</sup> **National Archives.** Disponível em: <<https://www.archives.gov/research/alic/reference/history.html>>

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Até o momento, a delimitação dos referenciais teóricos se constituiu no aspecto mais desafiador da pesquisa. Inicialmente, propusemos analisar a questão sob o viés da teoria das relações internacionais desenvolvida por Jean Baptiste Duroselle que descrevemos abaixo. Contudo, no decorrer do trabalho prático, outras opções nos foram apresentadas: as teorias de análise das relações internacionais, desenvolvidas no campo das Relações Internacionais, em especial nos Estados Unidos; o campo da história das ideias políticas, em especial sua tradição anglo-saxã. Ambas as possibilidades apresentam suas vantagens e desvantagens à pesquisa que ainda não foram plenamente consideradas, de modo que o que se segue são considerações relacionadas à nossa primeira opção teórica supramencionada.

Estando inserida na dimensão da História Política, especificamente nos domínios da História das Relações Internacionais e, em menor medida, da História Militar, nossa proposta de pesquisa parece se projetar em uma seara já tradicional - e, de certa forma, superada - da historiografia ocidental. No entanto, os pressupostos teóricos deste trabalho serão orientados principalmente pela renovação da área promovida pela historiografia francesa a partir do final da década de 1970, constituindo a chamada Nova História Política. Esta corrente teve suas orientações principais expostas em uma coletânea já clássica, organizada por René Remond (2003), que demonstrou a diversidade de domínios e dimensões historiográficas onde a interdisciplinaridade, a incorporação de fontes diversas e a articulação de diferentes temporalidades superam a História Política tradicional, factual e narrativa.

No domínio da História das Relações Internacionais, esta Nova História Política impactou no sentido de instigar a aproximação e articulação com outras áreas do conhecimento, como a sociologia e a ciência política, e na afirmação da política interna dos Estados como dimensão fundamental para se compreender as relações internacionais (MILZA, 2003, p. 365-6). É neste cenário em que o trabalho de Jean-Baptiste Duroselle (2000) se torna um dos mais consagrados sobre o tema, ao propor uma teoria das relações internacionais baseada na história. Duroselle propõe conceitos e categorias fundamentais para a compreensão do sistema internacional, e que conduzirão os pressupostos teóricos desta pesquisa.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

É traço característico do estudo das relações internacionais podermos compreender tanto o “Estado como ator” quanto o “indivíduo como ator”. Para os propósitos de nossa pesquisa, buscaremos compreender o papel dos indivíduos como atores das relações internacionais, responsáveis pela elaboração do “cálculo” em política externa. A elaboração e execução do “cálculo” é de responsabilidade das lideranças políticas que, como detentoras de poder, são capazes de afetar as coletividades humanas ao ordenar e avaliar objetivos, meios e riscos e executar determinada estratégia de ação – esta sequência de atitudes é o que definimos por “cálculo” em política externa (DUROSELLE, 2000, p. 99).

Dentre os elementos fundamentais na elaboração do “cálculo”, a “informação” – ou seja, os dados – tem o papel de “reduzir as incertezas” na elaboração dos cálculos políticos pelas lideranças. Caracterizamos como informação diplomática os dados transmitidos através de despachos, telegramas, relatórios, informes e outros documentos produzidos em órgãos do serviço externo, como embaixadas, consulados e chancelarias – sendo trocada entre os órgãos encarregados da elaboração e execução da política externa de determinado país com suas representações nos países estrangeiros. As informações produzidas pelas representações diplomáticas em um país estrangeiro podem apresentar caráter quantitativo (demografia, dados militares, econômicos, etc.), técnico (capacidade de produção e criação) e qualitativo (informações pessoais, históricos, contatos, informações psicológicas de indivíduos e grupos, sínteses conjunturais, etc.) sobre o país em questão. (DUROSELLE, 2000, p. 123-5)

Os produtores da informação diplomática são os “agentes das relações internacionais”, e são estes que nos interessam particularmente neste projeto. Segundo Duroselle (2000, p. 101-3) os agentes das relações internacionais podem ser definidos como as pessoas que estão direta e ativamente envolvidas nas relações entre os países. Os agentes podem ser *decisores* (geralmente os chefes de Estado), encarregados de fixarem os objetivos estratégicos, os meios e riscos a serem tomados, ou *executores* (diplomatas, chefes militares, financistas e homens de negócios, propagandistas, informantes, etc.), encarregados de empregar as táticas de acordo com os meios à disposição no exercício da política externa.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Portanto, ao propormos a compreensão do processo de produção e das características da informação produzida pelos agentes diplomáticos estadunidenses sobre o elemento militar na política interna brasileira, visamos ao entendimento de um dos componentes fundamentais do cálculo em política externa por parte do governo dos Estados Unidos, determinando suas relações com o Brasil. No entanto, as potencialidades e limites da teoria só poderão ser corretamente avaliados quando confrontados com as fontes.

## **Resultados preliminares**

Apesar do estágio primário da pesquisa aqui apresentada, algumas conclusões e apontamentos preliminares já puderam ser levantadas a partir de nosso contato inicial com as fontes e sua confrontação com a bibliografia. Quanto a alguns aspectos do serviço externo dos EUA no período, pudemos observar que este se mantinha constantemente bem informado das movimentações políticas no Brasil através de fontes públicas e “confidenciais”. Ademais, sua postura em relação às questões militares era cautelosa, mantendo atenção constante às divisões políticas no interior das Forças Armadas e demonstrando simpatia às declarações anticomunistas e pró-EUA no meio militar.

Quanto às Forças Armadas brasileiras e seu papel político neste período, devemos levar em consideração o papel central do General Henrique Lott (ministro da Guerra de JK) para dirimir as tensões internas latentes entre conservadores e nacionalistas no meio militar. Ao que nossas leituras indicam, a estabilidade política do período era frágil e provisoriamente mantida graças à “indecisão” entre as Forças Armadas sobre qual papel assumir na ordem democrática: o de manutenção da legalidade independente das polarizações políticas ou o do combate ao “inimigo interno” independente da ordem legal.

## **Referências bibliográficas**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ARAÚJO, Vinicius M. **Novos modelos para velhos projetos:** as relações militares e políticas Brasil-Estados Unidos no pós-Segunda Guerra (1944-49). 2019. 63 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – Licenciatura) – Departamento de História, Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH-UEL), Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991, p. 9-22.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá:** Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FERRAZ, Francisco César Alves. **À Sombra dos Carvalhos:** Militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955). Londrina: Editora da UEL, 1997.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. **O Antiamericanismo de Cátedra:** Desenvolvimento e Nacionalismo no Brasil da década de 1950. 2012. 228 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo:** a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964. 2019. 193 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (orgs.). **O Brasil republicano, v.3:** o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97-126.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 365-92.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. **Fernando de Noronha e os Ventos da Guerra Fria:** a relação entre Brasil e Estados Unidos nos anos de JK. 2009. 163 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos.** 3. ed. ampl. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. **A parceria frustrada: JK e os Estados Unidos.** 2019. 342 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil.** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos:** poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2007.

SILVA, Alexandra de Mello. **A política externa de JK:** a Operação Pan-Americana. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon et al. (orgs.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990):** Crescimento, Modernização e Política Externa. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996, p. 324-54.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

YOUNG, Victor Augusto Ferraz. **Desenvolvimento econômico e financiamento externo:** relações entre Brasil, Estados Unidos e FMI no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). 2013. 113 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.